

# Professor de Harvard mostra como o Brasil deve enfrentar os credores

**Para Jeffrey Sachs, o caminho certo é transformar a dívida em títulos, como quer Bresser. Ele conta ao nosso correspondente nos EUA, Moisés Rabinovici, como isso pode ser feito, mas adverte: é preciso controlar o déficit.**

O professor Jeffrey Sachs está aconselhando o Brasil a enfrentar os bancos credores com o plano de securitização da dívida, desprezado pelo governo norte-americano.

"Também é importante que o povo brasileiro apóie o seu ministro da Fazenda durante este longo processo de negociações", acrescenta ele, torcendo para que o Brasil reúna força e coragem para a primeira de uma série de reuniões com os bancos credores, a partir desta semana, em Nova York.

Quem é este ousado professor Sachs? Ele dá aulas na Universidade de Harvard. Chefia a equipe de conselheiros econômicos que reformou com sucesso a economia boliviana. E dá consultas a diversos países em desenvolvimento. "Um brilhante economista", acrescenta-se a seu nome, invariavelmente.

O professor Sachs vai dirigir uma conferência sobre a dívida de países em desenvolvimento, nesta semana, em Washington. Foi ele também quem a organizou para a agência nacional de pesquisa econômica. Ele próprio falará sobre o FMI e a Bolívia. E convidou outros economistas famosos para participar, como Rudiger Dornbusch e Stanley Fischer, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, e Barry Eichengreen, Peter Lindert e Peter Morton, da Universidade da Califórnia, entre outros.

O professor Sachs conversou durante 20 minutos com o *Jornal da Tarde*, por telefone, na Universidade de Harvard, em Boston, neste fim de semana, preparando-se para viajar para Washington. Aqui, a sua entrevista.

**Qual deve ser a posição brasileira na mesa de negociações?**

Acho que o Brasil percorre o caminho certo, insistindo num tratamento compreensivo de sua dívida. E penso que o ministro da Fazenda está correto: a abordagem tradicional não provou ser muito bem sucedida para nenhum dos países devedores, como a Argentina, Filipinas e outros, e não somente para o Brasil. Então, acho que a direção que o Brasil está tomando agora, a de não conseguir apenas um temporário *band-aid* para a dívida, mas uma reestruturação mais fundamental, é apropriada. Mas também acho que levará tempo para realizar isto. O mais importante é que o povo brasileiro entenda o quanto importante deve ser uma reestruturação fundamental para o futuro do Brasil, e assim apóie e dê força política para o ministro da Fazenda durante este longo processo de negociações.

O sr. acredita que o plano de securitização da dívida ainda está vivo? (O plano previa a transformação de metade da dívida brasileira em títulos de longo prazo, com desconto de até 35% e dele o ministro Bresser Pereira "recuou um pouquinho", no último dia 8, depois de

encontrar-se com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James A. Baker III, em Washington).

Sim, e muito.

Mesmo depois que o secretário Baker o chamou de *non starter* (ou sem futuro algum)?

Isto é só o começo das negociações. Em muitas partes do mundo, estamos ganhando o reconhecimento de que a antiga estratégia não funcionou muito bem. O sr. Baker é um dos poucos críticos da nova abordagem, e veja que o chamado Plano Baker (que previa uma ajuda aos países em desenvolvimento que nunca se materializou, e que prescrevia um tratamento de caso por caso para a crise da dívida) demonstrou ser um fracasso.

O sr. teve alguma influência na elaboração do plano brasileiro de securitização da dívida?

Não. Falei com funcionários do governo brasileiro, da mesma forma como falo com outros em muitos países devedores.

Como um consultor profissional?

Não, como um acadêmico que está profundamente envolvido nestas questões. Discuti com muita gente no Brasil, e também em outros países, porque para mim a abordagem tradicional não é mais adequada, e porque penso que chegou o momento oportuno de mudar, adotando diferentes caminhos. Mas não sou responsável, em nenhum sentido, pela elaboração da proposta.

Falou-se numa contraproposta de capitalização dos juros acumulados pela moratória, que aliciaria os bancos americanos da ameaça de uma reclassificação da dívida brasileira e de novos gigantescos prejuízos. Seria viável?

Não sei. Isto acabou de ser noticiado, e não conheço os detalhes. Mas o problema de reclassificação é, em parte, uma decisão regulatória, e não uma decisão dos bancos particulares. O problema vai ser colocado no dia 26 de outubro, quando os reguladores (membros de uma comissão interministerial que inclui os departamentos do Tesouro e do Estado, e o Fed, o independente banco central americano) terão que tomar uma decisão. Lembro-me de que o ministro Bresser Pereira já disse, e ele está certo, que essa reclassificação é um problema dos reguladores bancários americanos, e não um problema para o Brasil. O governo brasileiro não precisa se preocupar tanto com uma questão de regulamentos internos.

O Banco Mundial não está totalmente fechado à idéia de dar garantias a títulos da dívida brasileira. Qual seria o papel dele nestas negociações que estão começando?

Potencialmente, muito importante. Mas o Banco Mundial não é uma organização que pode, realmente, partir para uma grande ini-

ciativa sobre a dívida. Só o faria se os Estados Unidos, o Japão e a Europa decidissem ser este o papel que tem de desempenhar. Temo que não importe tanto o que o sr. Barber Conable pense (e foi ele quem entreadriu um pouquinho a porta do banco para "caminhos inovadores", como o da securitização da dívida, nesta semana). No final, realmente tudo vai depender da posição que os mais importantes governos credores adotarem. Às vezes, acho que seria uma excelente idéia para o Banco Mundial assumir esse papel, o que poderia ser um maravilhoso investimento em estabilidade política e econômica. Mas não vejo isso ocorrendo no futuro imediato. A coisa mais importante para o povo brasileiro entender, se posso dizê-lo é que as negociações não serão fáceis, não haverá acordo rápido, e que é importante para o Brasil manter-se no caminho em que se encontra, perseguindo uma solução fundamental. A abordagem está certa, e os políticos do resto do mundo acabarão por entender. Mas leva tempo. Leva tempo conseguir o apoio da opinião pública, e nós estamos só no começo, e não no fim.

A perseverança brasileira é que quebrará a posição dura sustentada pelos bancos?

Oh, perfeito. Os bancos... se o Banco Mundial, por exemplo, estiver disposto a se envolver com garantias, os bancos ficarão encantados. A solução poderá envolver concessões em taxas de juros em troca de garantias. Tenho poucas dúvidas sobre isto.

E o FMI? Já é uma questão superada?

Aqui gostaria de dizer uma coisa. Os problemas do Brasil são apenas em parte ligados à dívida externa, naturalmente. Há sérias medidas fiscais internas que devem ser tomadas. Se o déficit orçamentário interno não estiver sob controle, todo o alívio da dívida no mundo não será suficiente para estabilizar o Brasil. O Brasil tem um trabalho grandioso a executar internamente, acabando com o déficit, e também, externamente, conseguindo melhores termos para a sua dívida. Isto significa que o tipo de programa que o FMI receita, e que envolve uma dura política fiscal, seria apropriado, atualmente. O que não é apropriado é a abordagem tradicional para a dívida, algo em que o FMI deve insistir. Agora, uma última coisa a dizer: o Brasil deve ao FMI muito dinheiro, e precisa hoje refinar estes empréstimos. Acho que o Brasil, com o tempo, fará isto. E é importante que o faça, porque os termos que o FMI vai requerer são essencialmente corretos. Eu vislumbraria um acordo com o FMI ao longo do caminho, mas só nos termos aceitáveis para o governo brasileiro. E isto significa uma reestruturação fundamental da dívida externa.